

# Agricultura orgânica no Brasil

Laércio Meirelles<sup>1</sup>



O Brasil é, desde 2009, o maior consumidor de agrotóxicos do planeta. Esta indesejável liderança se traduz no consumo de 5,2 litros de venenos agrícolas por habitante por ano<sup>2</sup>. As causas deste uso superlativo de pesticidas são muitas, mas talvez possam ser sintetizadas em duas: i) na geração de tecnologias baseada em um enfoque reducionista e compartimentada dos processos produtivos e; ii) no *modus operandi* das grandes empresas do setor, hábeis tanto em revestir de ciência seus interesses de mercado quanto em semear a dúvida sobre os irrefutáveis malefícios dos agrotóxicos sobre a saúde, humana e do planeta.

Em um cenário como este, é necessário que a busca de modos de produção mais harmônicos ambientalmente e equilibrados socialmente se faça presente. As primeiras experiências com agricultura orgânica (AO) no país, aqui entendida como uma reação



Horta orgânica de Romildo e Denise Schardosim, Dom Pedro de Alcântara, RS / Brasil

sócio-ambiental à mal denominada revolução verde, data dos anos setenta, ainda que de maneira muito incipiente. Elas crescem nos anos 80 e 90 e se consolidam na primeira década deste século. São milhares de famílias do campo que fizeram da agricultura orgânica seu modo de produção e para alguns até de vida,

espalhados por todo território brasileiro,

de 8,5 milhões de m<sup>2</sup>. Um setor de transformação e comercialização, em diferentes escalas, veio se conformando ao redor da produção e hoje já se faz visível em centenas de circuitos curtos, como feiras e pequenas lojas, compras governamentais e inúmeras redes de supermercado.

Segundo o Ministério da Agricultura, hoje o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos conta com 10.505 produtores<sup>3</sup>, com a área total de produção orgânica no país chegando a quase 750 mil hectares. Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostram que no Brasil são cultivados 72 milhões de hectares<sup>4</sup>. Destes números podemos concluir que pouco mais do que 1% da área cultivada no Brasil é certificada como orgânica, um valor bem próximo da média mundial.

<sup>1</sup> Engenheiro agrônomo, coordenador do Centro Ecológico, ONG que desde 1985 trabalha com Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica

<sup>2</sup> Disponível em [www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento\\_do\\_inca\\_sobre\\_os\\_agrotoxicos\\_06\\_abr\\_15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf), acesso em 15 de julho de 2015.

<sup>3</sup> Disponível em [www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional](http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional), acesso em 15 de julho de 2015.

<sup>4</sup> Disponível em [www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa\\_201506\\_4.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201506_4.shtm), acesso em 15 de julho de 2015.

Sistema Brasileiro de Avaliação da Qualidade Orgânica (SisOrg) foi efetivado em 2010, com a entrada em vigor do marco legal da AO no Brasil. Uma de suas características é a diversidade de mecanismos previstos para avaliar a produção orgânica. No SisOrg, os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), possuem o mesmo *status* da certificação por auditoria.



O selo do SisOrg, de uso obrigatório em todo produto orgânico, traz uma pequena diferença que permite ao consumidor optar pelo método de avaliação da conformidade de sua preferência. A legislação brasileira prevê, além dos SPGs e da certificação por auditoria, a avaliação da conformidade orgânica através dos Organismos de Controle Social (OCS), que devem ser entendidos por SPGs simplificados, de utilização restrita para a comercialização direta.

Fato relevante no cenário do desenvolvimento da AO no Brasil é a assinatura do Decreto Presidencial nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica<sup>5</sup>. Desta política deriva o PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançado pela Presidenta Dilma em novembro de 2013 e ainda em execução.



Presidente Dilma lançando o Brasil Agroecológico, outubro de 2013

No PLANAPO está contida uma série de ações que buscam promover a prática da agroecologia e da produção orgânica no país. Crédito diferenciado, ações junto a institutos de pesquisa e universidades, assistência técnica com foco na agroecologia e produção orgânica e compras governamentais de produtos certificados com pagamento de um prêmio orgânico são algumas das ações previstas.

A agroecologia e a produção orgânica se fizeram presentes no cenário social brasileiro às suas próprias custas, a despeito da histórica falta de apoio de políticas públicas. O PLANAPO, ainda que aquém das demandas históricas deste campo, deve ser valorizado como um avanço significativo, pelo reconhecimento e apoio governamental a iniciativas anteriormente relegadas à invisibilidade.

<sup>5</sup> Sobre a diferença entre agroecologia e agricultura Orgânica, vale mencionar que no Brasil, e não apenas no Brasil, a diversidade de contextos e percepções leva a que diferentes grupos que buscam uma produção agropecuária com mais equilíbrio sócio-ambiental se afinem mais com um ou outro conceito, que guardam mais semelhanças que diferenças entre eles.

Em todas as regiões do país existem exemplos concretos e exitosos de produção orgânica e de transição agroecológica. As diversas redes de agroecologia e comercialização solidária tais como a Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil, a Rede Xique-Xique de comercialização solidária no Nordeste, a Rede Cerrado na região central do país, todas integrantes da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, congregam milhares de famílias agricultoras, extrativistas e comunidades tradicionais.

Para o futuro próximo, a perspectiva é de prosseguimento deste quadro que brevemente descrevemos. Crescimento constante do volume de experiências que tem a Agroecologia e a produção orgânica no seu centro por um lado e aprofundamento do modelo agroexportador com alto uso de agrotóxicos e OGMs de outro. A contradição não dá sinais de arrefecimento.



Feira dos Agricultores Ecologistas, Porto Alegre, RS / Brasil. Sua primeira edição foi em outubro de 1989.

De forma sintética, podemos apontar duas tarefas para o momento. Uma é multiplicação das experiências existentes com mútuo fortalecimento entre elas. A outra é a ampliação do diálogo com a sociedade, demonstrando as vantagens da agroecologia e da produção orgânica, com o conseqüente maior apoio de políticas públicas estimulando um conjunto maior de produtores e consumidores a optarem por este caminho.

Julho de 2015.